

“MAR DE VAQUEIROS”: conhecimentos tradicionais da pesca de curral e os direitos territoriais dos pescadores artesanais da praia de Bitupitã, Ceará

Antônia Gabriela Pereira de Araújo¹

Bruno Gonçalves Pereira²

Resumo: Interessa a este artigo analisar as tensões e os dilemas postos às populações tradicionais quando inseridas em contextos de efetivação de políticas de desenvolvimento, em especial as políticas públicas de turismo implementadas na localidade de Bitupitã, distrito do município de Barroquinha, pertencente à costa oeste do litoral do Ceará. A localidade de Bitupitã é habitada por cerca de quatro mil famílias de pescadores artesanais que praticam atividades que demandam formas peculiares de se relacionar com o meio natural, como a pesca de curral. Os pescadores da referida praia, que é considerada uma das maiores Colônias de Pescadores do Ceará, encontram-se com seus modos de vida postos em jogo diante do adensamento de atividades econômicas que se instalam na região, como a indústria de energia eólica e a indústria de carcinicultura. Valemo-nos da legislação que institui os direitos das comunidades e povos tradicionais para fazer a análise dos dados etnográficos colhidos junto à localidade de Bitupitã (2010-2015).

Palavras-chave: pesca de curral; conhecimentos tradicionais; terras da União; turismo; Ceará.

Abstract: Interests this article analyze the tensions and dilemmas posed to traditional populations when inserted into execution contexts of development policies, especially public policies implemented tourism in the town of Bitupitã, Barroquinha

¹ Mestranda em Sociologia pela UFC. Pesquisa financiada pela CAPES. E-mail: sociaisufc@gmail.com.

² Graduando em Oceanografia pela UFC. E-mail: brunoscience@hotmail.com.

municipality of the district belonging to West Coast coastline Ceara. The Bitupitã locality is inhabited by about four thousand families of traditional fishermen who do activities that require particular ways of relating to the natural environment, as the resting place for fishing. The said beach fishermen, which is considered one of the largest colonies of Ceará Fishermen are with their way of life put into play before the consolidation of economic activities that are installed in the region, such as the wind power industry and the industry of shrimp. We have used the legislation establishing the rights of traditional communities and peoples to make the analysis of ethnographic data collected from the town of Bitupitã (2010-2015).

Keywords: corral fishing; traditional knowledge; policy development; Ceará.

Introdução

Este artigo irá refletir e discutir sobre as tensões e os dilemas postos às populações tradicionais quando inseridas em contextos de efetivação de políticas de desenvolvimento, em especial as políticas públicas de turismo implementadas no Nordeste do Brasil. Levando em consideração que a zona costeira do Estado do Ceará é habitada milenarmente por mais de cem povos e comunidades tradicionais (TUPINAMBÁ, 1999) e que essa zona é atualmente foco da implementação de políticas públicas de desenvolvimento de interesse público e privado o que gera um adensamento de atividades econômicas emergentes na região, como a indústria de energia eólica e a indústria de carcinicultura, uma análise do tratamento jurídico dado aos povos tradicionais se faz imprescindível.

Vale ressaltar que as terras habitadas por essas populações são, na sua maioria, áreas da Marinha, ou seja, bens da União; há também áreas de uso comum e de preservação permanente e os habitantes não têm a titularidade das terras. Além do mais, grande parte das terras da União³,

³ Terrenos da União e seus acrescidos são aqueles que de acordo com o Decreto Lei Nº 3.438, de 17 de julho de 1941 encontram-se em uma profundidade de 33 metros, medidos para a parte de terra, do ponto em que se passava a linha do preamar médio de 1831. Assim, são terras da Marinha os terrenos situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés e os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés. Conforme o referido Decreto a

bem como as APPs (Área de Preservação Permanente) não foram regularizadas, isto é, não foram mapeadas e reconhecidas pelo Estado como terras habitadas por populações que têm um modo de vida tradicional, como é o caso dos pescadores artesanais da Vila de Tatajuba, da praia de Curimãs e da praia de Bitupitá, os agricultores familiares do município de Trairi e os povos indígenas Anacé, Tapeba e Tremembé localizados, respectivamente, nos municípios de São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Itapipoca, Itarema e Acaraú.

Dentro desse contexto, tomaremos como foco empírico de análise a prática artesanal da pesca de curral realizada pelos pescadores da praia de Bitupitá, distrito de Barroquinha pertencente ao estado do Ceará, já que se trata de uma prática perpassada e cingida por todas as dimensões da vida social local e praticada há séculos pelos pescadores da referida praia a partir de técnicas, saberes e de um arsenal de conhecimentos transmitidos de pai para filho, conhecimentos esses que são apreendidos no cotidiano e são recriados no fazer da pesca de curral pelas gerações mais novas.

Partimos do pressuposto que a realização da pesca de curral somente é efetivada com sucesso na praia de Bitupitá quando acompanhada da observação detalhada e da construção de um arsenal de saberes sobre o meio natural. Levamos em consideração que os saberes construídos, não são fixos, mas são recriados no fazer rotineiro da pesca de curral e são somados aos conhecimentos de outras gerações. A perspectiva simbólica da pesca de curral é enfatizada nesse artigo gerando reflexões sobre o sistema de saberes construídos e reconstruídos para o exercício da referida atividade. Consideramos o conjunto de conhecimentos dos pescadores de curral como uma arte e uma ciência da natureza, no sentido que Lévi-Strauss (1962) dá ao pensamento concreto⁴, uma vez que para se tornar um pescador de curral

influência das marés é caracterizada pela oscilação de cinco centímetros, pelo menos, do nível das águas (atração luni-solar) que ocorra em qualquer época do ano. São terrenos acrescidos de marinha os terrenos que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento nos terrenos de marinha.

⁴ Lévi-Strauss defende que os saberes, tanto o científico como o tradicional, repousam ambos sobre as mesmas “operações lógicas e, mais, respondem ao mesmo apetite de saber:

é preciso conseguir interagir, antes de tudo, com os recursos naturais e ter percepções do tempo e do espaço diferentes daquelas da sociedade abrangente – na qual a localidade está inserida – já que os riscos e as incertezas das atividades pesqueiras exigem um arcabouço de conhecimentos detalhados e exatos ligados ao meio ambiente (ARAÚJO, 2013).

O arcabouço de dados utilizados decorre de três pesquisas etnográficas. A primeira foi realizada entre julho de 2010 até junho 2013 para a elaboração da monografia intitulada “Modos de saber, fazer e viver. Uma etnografia dos ‘guardiões de currais’ da praia de Bitupitá (Barroquinha- CE)”. A segunda, realizada entre janeiro de 2014 até o presente momento, é fruto do projeto de mestrado em Sociologia, intitulado: “Vaqueiros do Mar de Bitupitá, Ceará: a pesca de curral e os direitos de populações tradicionais”. E a terceira é fruto da pesquisa realizada entre agosto de 2013 até o presente momento para elaboração da monografia intitulada “Marcação de currais de pesca na praia de Bitupitá – CE: condicionantes oceanográficas e conhecimento ecológico tradicional”.

Os dois primeiros projetos de pesquisa foram incentivados pelo projeto-base intitulado “Antropologia e políticas públicas: incentivo ao turismo no extremo-oeste da costa oeste cearense e impactos sobre populações locais”, creditado pela professora Lea Carvalho Rodrigues, que tem dentre os principais interesses, principalmente o de realizar estudos etnográficos em três pequenos núcleos populacionais – Nova Tatajuba, Maceió e Bitupitá (CE) – no intuito de acompanhar e apreender o processo de mudanças vivenciado pelas populações de pescadores e agricultores que vivem nessas áreas, em razão da expansão do turismo na região⁵.

procuram entender e agir sobre o mundo” (LEVI-STRAUSS, 1962, p. 53).

² A região está inserida no roteiro turístico denominado Rota das Emoções que foi criado pelo Ministério do Turismo e é parte integrante do Programa de Desenvolvimento do Turismo NE II (PRODETUR) que visa interligar diversas localidades dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão – entre elas: Jericoacoara, no Ceará, o Delta do Parnaíba, no Piauí, e os Lençóis Maranhenses – criando um extenso corredor turístico regional (Cf. RODRIGUES e SANTOS, 2012; ARAÚJO e ARAGÃO, 2014).

A pesquisa monográfica realizada na praia de Bitupitá (ARAÚJO, 2013) apresentou uma análise da construção, organização e transmissão dos saberes inerentes as práticas da pesca de curral. Já a pesquisa intitulada “Marcação de currais de pesca na praia de Bitupitá – Ce: condicionantes oceanográficas e conhecimento ecológico tradicional” (PEREIRA, 2015) tem como objetivo caracterizar a atividade da pesca de curral, em particular a etapa da “marcação”⁶ do curral como resultado do conhecimento tradicional pertencente ao modo de vida produzido e reproduzido pelos pescadores artesanais de Bitupitá. Pereira (2015) conclui em suas pesquisas que o conhecimento tradicional dos pescadores artesanais para “marcar” um curral de pesca na praia de Bitupitá é fundamentado na observação e compreensão minuciosa da dinâmica ambiental do local.

Atualmente, a pesquisa de mestrado realizada na referida praia tem o intuito de analisar os efeitos das políticas públicas de turismo sobre a pesca de curral praticada na praia de Bitupitá, bem como analisar o caráter das mudanças geradas pelo turismo na lógica da pesca de curral, uma vez que, dependendo dos níveis de modificações, essas mudanças podem comprometer a caracterização desses pescadores como povos tradicionais e, quem sabe mesmo, ao não reconhecimento e, possível desaparecimento, dos saberes construídos tradicionalmente por essas populações.

Considerando que o povoado de Bitupitá, foco empírico da pesquisa etnográfica, é um território tradicionalmente ocupado, isto é, habitado a séculos por povos que realizam práticas tradicionalmente artesanais de produção e reprodução dos seus modos de viver, sentir e pensar e que esta região é situada em terras da União que ainda não foram regularizadas, ou seja, a população ainda não possui os títulos de propriedades das terras, é crucial para essa comunicação tecer um diálogo da antropologia e políticas públicas⁷.

Nesse sentido, apresentamos inicialmente uma análise das dimensões

⁶ O nome se refere à ação de determinar o “chão de mar” mais adequado de acordo com a observação da dinâmica natural para a construção da armadilha de pesca chamada curral.

simbólicas que estão imbricadas na realização da pesca de curral e em seguida tratamos da discussão acerca dos acordos e dos dilemas existentes entre as políticas públicas de turismo e os dispositivos constitucionais que asseguram os direitos territoriais das populações tradicionais.

O contexto etnográfico de Bitupitá, Ceará

O povoado de Bitupitá, foco empírico da análise etnográfica, é distrito do município de Barroquinha que tem uma população de 14.476 habitantes (IBGE, 2010), sendo 9.770 localizados nas zonas urbanas do município e 4.706 pertencentes a zona rural. O distrito de Bitupitá está entre os distritos da zona rural e, segundo informações cedidas pelo Programa Saúde da Família (PSF) é habitado por cerca de 4.000 pessoas.

Trata-se de famílias de pescadores e marisqueiras artesanais que habitam a região praticando durante décadas atividades que demandam formas peculiares de se relacionar com o meio natural, como a pesca de curral e a coleta de mariscos nos estuários do Rio Timonha e Ubatuba. No ano de 2012 havia mais de trinta currais instalados em alto mar na referida praia, bem como 35 embarcações existentes na orla marítima (ARAÚJO, 2012). A praia é considerada uma das maiores Colônias de Pescadores do Ceará, já que é constituída por mais de 1.500 pescadores artesanais que realizam a técnica da pesca de curral e atividades associadas a ela⁸. Na última pesquisa de campo, em janeiro de 2015, o contexto de mudanças territoriais e sociais que acompanho desde 2010 na região estava em nível acelerado, sobretudo pela abertura de uma estrada asfaltada, construída em outubro de 2014, ligando a praia de Bitupitá ao município de Barroquinha. Em 2015 foram registrados pelo menos quarenta currais de pesca em funcionamento na praia de Bitupitá.

⁷ Vide Rodrigues, Ortolan e Gonçalves (2014).

⁸ O número consiste na quantidade de pescadores e pescadoras registradas(os) na Colônia

No ano de 2011 foram inseridos os primeiros motores nas embarcações da praia de Bitupitá. No referido ano havia apenas três motores, denominado “rabeta” pelos moradores locais, usados para a realização dos trabalhos nos currais mais distantes da orla da praia, que, naquele período, chegava a doze quilômetros de distância da orla. Atualmente, todos os donos de currais e de embarcações já possuem o motor e usam quando os fatores climáticos como a direção dos ventos ou as movimentações das marés dificultam a entrada no mar.

Além disso, o turismo existente na região se intensificou e os pescadores começaram a mesclar as atividades de pesca e agricultura com as atividades demandadas pelos turistas, tais como: passeios de barcos até os currais de pesca e no estuário no rio Timonha e Ubatuba; também são realizados passeios de buggys pelas praias do litoral de Barroquinha, atividade realizada apenas por um morador local. Até o ano de 2013, era possível encontrar quatro pousadas para hospedagem de turistas, no ano de 2015 são encontradas sete pousadas em funcionamento na praia de Bitupitá.

É importante expor que o número de pescadores ainda não se reduziu na praia de Bitupitá, mas a quantidade de terrenos vendidos a especuladores imobiliários aumentou em grande número, principalmente na praia vizinha, chamada praia de Curimãs, que já apresenta vários conflitos de ordem territorial com especuladores italianos, franceses e alemães.

Bitupitá está localizado no extremo oeste do litoral cearense, fazendo divisa com o estado do Piauí, tendo como fronteira natural à foz dos rios Timonha e Ubatuba. Uma parcela do território da praia de Bitupitá está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba (PI), devido o complexo ecológico formado pela disposição de campos de dunas e manguezais, encontrados as margens do sistema estuarino Timonha/Ubatuba. Para se chegar até a referida praia é necessário acessar a estrada do Sol Poente que tem um percurso que sai da capital Fortaleza e passa por todo o litoral Oeste do estado do Ceará até chegar ao percurso que

de Pescadores Z – 23 no ano de 2012.

interliga a cidade de Barroquinha aos municípios de Camocim e a Jijoca de Jericoacoara. A referida estrada foi construída para facilitar o acesso às praias que constituem o roteiro turístico denominado *Rota das Emoções* que visa interligar dentro de um mesmo corredor turístico as praias do litoral extremo oeste, conhecidas pela extraordinária riqueza natural e beleza paisagística, indo desde a praia de Jijoca de Jericoacoara, no Ceará, passando pelas praias do Piauí até Barreirinhas, no Maranhão.

Imagem 1: "Mar de vaqueiros" do povoado de Bitupitá, Ceará.



Fonte: Fotografia de Gabriela Araújo.

As quatro ruas que constituem a localidade de Bitupitá são as seguintes: “rua da praia”, “rua do meio”, “rua do comércio” ou rua principal e a “rua do mangue”, todas essas ruas são paralelas à orla da praia e estão interligadas por pequenas vielas. Sobre a organização espacial das ruas de Bitupitá é importante enfatizar que as casas que compõem essas ruas têm as frentes construídas para as representações sociais que regem o modo de vida dos seus moradores. Darei um exemplo, na rua da praia as casas são construídas de frente para o mar, já que nessa rua estão muitos dos

pescadores da praia, indicando uma relação da vida social com o mar, já na rua do mangue, as casas têm suas frentes voltadas para o estuário dos rios Timonha e Ubatuba, uma vez que aí residem as marisqueiras e os catadores de carangueijo. Já na rua do comércio, as construções das casas se voltam para a igreja matriz, para o posto de saúde, a Colônia de Pescadores, a escola e outras instituições representativas da vida local.

Em 2013 havia na “rua da praia”, que fica à beira-mar, apenas duas pousadas, mas com a pavimentação da estrada que liga a praia de Bitupitá ao município de Barroquinha e que, parece ter impulsionado uma “perspectiva turística” nos moradores, registramos em 2015 a presença de sete pequenas pousadas de propriedade de moradores locais distribuídas nas quatro ruas principais do lugarejo, sendo as seguintes pousadas: Pousada Dunas, Pousada do Tahim, Pousada do Dadá, Pousada Beira Mar e Pousada do Zé Belinha, todas localizadas na rua da praia. A pousada “Ronco do mar” e “Hotel Bitupitá” estão situadas, respectivamente, na Rua do meio e na Rua Central.

O espaço da orla da praia é o lugar de trabalho, de lazer e de sociabilidades entre os pescadores e os seus familiares. Na praia estão presentes as crianças que brincam de jogos denominados “rede de arrasto” e “balançador de barco”⁹, também estão os pescadores construindo barcos, tecendo redes e esteiras, os jovens jogando futebol e as mulheres que tratam¹⁰ os peixes.

É importante vislumbrar que não há nenhum tipo de seguro defeso para os pescadores artesanais da praia de Bitupitá, ainda que exista desde 1919 na região uma Colônia de Pescadores. Segundo relato do Presidente da referida Colônia há muitos pescadores não associados ao referido órgão e os que estão associados não pagam em dia. Há, ainda, um Sindicato de Pescadores e Pescadoras da Praia de Bitupitá que foi fundado em 2012. No

⁹ As referidas brincadeiras se baseiam em jogos usando alguns apetrechos utilizados na pesca de curral, como o próprio barco ou/e uma corda usada como “rede de arrasto” nos referidos jogos.

¹⁰ Nome usado para se referir ao ato de retirar as vísceras dos peixes.

entanto, um elemento de destaque é que os dois fundadores das referidas instituições não são, nem foram pescadores. O presidente da Colônia integra a “família Veras”, uma das duas famílias detentoras de poder político local¹¹. Já o segundo, o presidente da Associação, nasceu em Bitupitá, mas mora em Fortaleza.

Em conversa com o presidente da Colônia esse relatou incentivar os jovens da região a irem trabalhar na marinha, já que quase todos os seus parentes que estão bem financeiramente foi devido ao trabalho realizado na marinha mercante. Tanto os homens quanto as mulheres da região com faixa etária de 18 a 29 anos dedicam-se a estudar para a prova de seleção da marinha mercante ou para o setor de enfermagem dos navios no estado do Rio de Janeiro. O fato é que ir trabalhar na marinha é uma das poucas opções para quem deseja melhorar de vida na praia de Bitupitá. Em relação a esse ponto, Ramalho (2014), aponta que a ação do Estado brasileiro, ao longo do tempo, buscou, segundo seus interesses e os das elites econômicas, levar os pescadores artesanais à modernidade, tutelando e, em maior medida, transformando a força de trabalho dessa fração de classe social, primeiramente, em reserva naval para a Marinha Brasileira, e, depois, em mão de obra para as formas capitalistas de produção pesqueira (pesca industrial e aquicultura).

Com quantos “mourões, palmos e braços” se faz o saber tradicional dos pescadores artesanais de curral da praia de Bitupitá?

Em 1958, o antropólogo Florival Alves Seraine estudou sobre uma arte de pesca presente no litoral do Ceará que consistia na construção de grandes armadilhas de cipós e madeiras instalados em alto mar. O referido autor vislumbra, citando alguns autores como Sainz e Sancho, o registro do

¹¹ Há na região dois grupos políticos que dominam a cena política local, são denominados: os “cara preta” e os “fundo mole”.

uso dessa modalidade de pesca desde 1801, estando dentre os principais tipos de pescarias realizadas neste século, sendo encontrada em países do continente africano, europeu e americano. O uso do referido artifício, que pode mudar de denominação de acordo com o lugar que é praticado (por exemplo, gamboa e camboa em Moçambique, cercada no Pará e curral no Ceará e Pernambuco), é usado por ocasião dos movimentos das correntes de marés e construído através de uma relação peculiar com os fenômenos naturais de forma a garantir o funcionamento pleno da armadilha.

Segundo alguns autores (CHAVES, 1973; SERAINE, 1958; TUPINAMBÁ, 1999) o surgimento da pesca de curral no Ceará, que em meados do século 1970 era praticada em quase todo litoral do referido estado, tem relação direta com o florescimento da pecuária no Nordeste, em particular no Estado do Ceará. Para os referidos autores a técnica de pesca com imensas armadilhas instaladas em alto mar surgiu como tentativa de aplicar no mar um sistema tecnológico que fosse semelhante ao complexo da pecuária que teve resultados positivos e de alto prestígio no Ceará (CHAVES, 1973)¹².

Segundo Chaves (1973) a hipótese da influência da criação de gado sobre a pesca de curral se baseia, sobretudo ao fato de existir na pesca de curral muitas das regras e categorias existentes na pecuária. Além do nome da técnica ser denominada curral, mesmo nome do estabelecimento de criação de gado, há também os compartimentos da grande armadilha que recebe os seguintes nomes: “chiqueiro”, “sala grande”, “salinha” e “espia” (ARAÚJO, 2013). Além disso, os principais trabalhadores dessa atividade são chamados de vaqueiro e mata–vaqueiro¹³. Outro elemento semelhante

¹² A dissertação escrita por Luiz de Gonzaga Mendes Chaves em 1973, sob o título “*Trabalho e subsistência Almofala: aspecto da tecnologia e das relações de produção*”, tece reflexões sobre as relações pesqueiras no âmbito da antropologia e faz uma análise criteriosa a respeito da pesca de curral da praia de Almofala, no município de Acaraú no estado no Ceará. Nesse estudo o referido autor já registrava indícios da decadência da prática da pesca de curral no Nordeste do Brasil.

¹³ Há outras classificações dadas aos homens que exercem as funções da pesca de curral, sendo eles: o “boqueiro”, o “enlaçador”, o “mergulhador”, dentre outros. Mas irei me deter sobre esse tema mais adiante.

do curral de peixe com o curral de gado diz respeito à divisão do dinheiro, que na pesca de curral é realizado pelo sistema quatro por um¹⁴, o mesmo que prevalecia nas relações de trabalho da pecuária (CHAVES, 1973).

Não se sabe ao certo quanto a real associação dessas duas atividades econômicas, mas em Bitupitá a referida técnica é praticada há milênios por homens que realizam trabalhos artesanais em todas as etapas da pesca de curral. A maioria dos moradores de Bitupitá tem a pesca de curral e as atividades relacionadas a ela como principal fonte de renda e a praticam durante todos os períodos do ano, isto é, tanto no inverno quanto no verão os pescadores realizam a referida atividade pesqueira. Talvez devido a isso a região seja conhecida por suas técnicas de pesca com curral. É importante destacar que algumas características geográficas da costa da praia de Bitupitá favorecem a prática da pesca de curral, como, por exemplo: as amplitudes das marés associadas aos terrenos de fraca declividade e a existência de baixios próximos às margens, além do fator luminosidade e da temperatura das águas quentes da corrente Norte Brasileira, como expos Chaves (1973), são fatores do meio natural que também são essenciais para os resultados positivos da pesca de curral em Bitupitá. Um dos marcadores de curral da praia faz o relato de como acontece o uso da estratégia de captura dos peixes através do curral:

Na “carreira da vazante”¹⁵, ele bate aqui (compartimento do curral). Quando ele bate aqui (espia¹⁶) ai ele já parte pra frente, ai quando ele chega ao fim da espia (...). Essa boca aqui ela é mais larga (boca da sala grande) essa aqui já é um pouco menor (boca da salinha), essa aqui é a última a mais estreita (boca do chiqueiro)¹⁷. Quando o peixe vem na

¹⁴ Trata-se de uma divisão de dinheiro em que o dono do curral fica com 40% do ganho total da pescaria, ou seja, se a pesca render R\$ 100,00, R\$ 40,00 são do dono do curral e 60% é dividido para os demais pescadores, que na maioria das embarcações somam em número de três a cinco homens.

¹⁵ Nome dado ao movimento do peixe quando ele segue a estrutura do compartimento do curral chamado de “espia”. Isso ocorre durante a maré vazante, por isso o nome “corrente da vazante”.

¹⁶ Nome de uma cerca retilínea de cipó e madeira roliça, chamada mourão, instalada em alto mar.

¹⁷ “Boca da sala grande”, “boca da salinha” e “boca do chiqueiro” são denominações dadas às

carreira d'gua (espia) ele bate aqui, porque isso aqui tudo é arame olha, ela é toda cercada de arame lá. Só tem as entradas aqui, aí quando ele bate aqui e chega aqui e remexe por aqui, muitas vezes ele volta, porque essa largura aqui dá 15 braças de extensão (boca da sala grande), bem larga. Aí quando ele chega aqui (meio da sala grande) muitas vezes ele parte logo pra cá, pra esse segundo compartimento (salinha) aqui, esse depósito aqui a boca já é mais estreita, aqui ele fica quase cercado já, aí quando ele parte pra frente e chega nesse último depósito aqui (chiqueiro) é nesse aqui onde ele fica mais seguro. Aqui ele fica, aqui ele morre¹⁸. Às vezes o camurupim sai, se essa boca não tiver bem concentrada aqui, direitinho, o bicho dá só um sinal e vai embora (João Estevão, 74 anos. Entrevista gravada em 07 de janeiro de 2015).

Segundo depoimentos dos pescadores de curral da praia de Bitupitá o fundamento dessa técnica reside no fato dos peixes irem seguindo, durante a vazante da maré, as sombras dos mourões e das varas da “espia”¹⁹, projetadas na água durante o dia (ARAÚJO, 2012). O fato dos peixes irem seguindo a sombra dos cipós e da madeira seria para muitos dos pescadores da praia de Bitupitá um dos fatores determinantes na condução do peixe para o interior da armadilha. Após ter seguido a sombra dos mourões e varas da “espia” o cardume tenta desviar do obstáculo que tem forma de coração denominado a sala grande, mas não acha passagem, tanto devido à construção sinuosa dos arranjos das cercas do curral, quanto pelo fato dos compartimentos de captura estarem combinados um ao outro, de forma que o percurso conduz o peixe do interior de um para outro compartimento até chegar ao compartimento final, o “chiqueiro”, onde o peixe é capturado ainda vivo.

Assim, para instalação dessas armadilhas, os pescadores de Bitupitá observam os fluxos das correntes de maré para construírem os grandes cercados. A área onde são levantados os currais possui uma profundidade

aberturas que ligam um compartimento ao outro do curral.

¹⁸ Quando o pescador usa “morre” nesse momento ele se refere ao fato do peixe não ter mais como escapar da armadilha, mas o peixe é capturado ainda vivo pelas redes dos pescadores.

¹⁹ A espia é um dos primeiros compartimentos do curral. É formada pelo alinhamento de duzentos mourões, posicionados em linha reta de acordo com a linha média do curral tirada na marcação, formando uma cerca que finaliza em outro compartimento do curral,

que varia conforme a distância da costa, entre dois até vinte metros, as armadilhas são encontradas a uma distância de três até dez milhas náuticas (mn) em direção ao oceano. Na referida praia essas armadilhas chegam a medir de 400 a 700 metros de comprimento por 6 a 12 metros de altura e são construídas geometricamente de forma artesanal com cipós, varas e mourões – estacas de madeira feitas a partir do tronco de árvores – fincados verticalmente em águas rasas ou profundas da plataforma continental e revestidas com esteiras de arame e cipó (ARAÚJO, 2013).

Segundo o que os pescadores da praia de Bitupitá informam, para construir um curral é preciso conhecer tanto os fenômenos climáticos e as espécies biológicas marítimas, quanto é necessário ter conhecimento da flora, isto é, os construtores de currais precisam conhecer as madeiras que podem ser usadas para a construção da armadilha, especialmente a madeira do mourão²⁰ que é usada em todos os compartimentos do curral.

No ano de 2011, em entrevista aberta com um dos mais antigos donos de curral da praia, esse relatou que há pelo menos trinta anos muitos pescadores da praia passaram por um vexame devido ao uso de madeira errada feita por ele na construção de um curral de pesca. O proprietário de curral expõe que na tentativa de economizar dinheiro comprou uma madeira mais em conta financeiramente para construir um curral de sua propriedade. Entretanto, a madeira usada por ele “liberou uma substância venenosa e fez com que todos os peixes da praia morressem”, relata o dono de curral. O referido homem expõe: “Era um mar de peixe podre... dava pra sentir o mau cheiro de longe”. Segundo o dono de curral, que não era pescador, mas apenas proprietário de curral, essa foi uma das piores tragédias que já pode ter acontecido com os pescadores da praia de Bitupitá.

É importante afirmar que o conhecimento preciso e detalhado que os

conhecido como “sala grande”.

²⁰ A madeira usada para servir de mourão (madeira que sustenta todo o curral) é a “Pau-pombo” (*Tapirira guianensis* Alb.), e são extraídas no estado do Maranhão sob a liberação do órgão competente, o IBAMA. Segundo depoimento dos pescadores quando essa madeira entra em contato com a água adquire resistência de ferro.

pequenos pescadores possuem para realizar a pesca de curral, muitas vezes não é sabido pelos proprietários de currais, pois se trata de conhecimentos, saberes e técnicas construídas a partir da constante observação das diferentes fases lunares e da movimentação das marés, dos ciclos de reprodução das espécies, dos períodos de chuva e do comportamento dos ventos (fluxo de matéria e energia), além dos conhecimentos das madeiras que podem ser usadas. Desprovidos desse conhecimento, muitas vezes, os donos de currais são apenas homens que possuem alguma disposição de capital para levantar um curral, que chega a custar em média 90 mil na região (ARAÚJO, 2013)²¹.

Mas antes de tecermos reflexões em relação ao conhecimento tradicional que cinge e perpassa o “fazer” da pesca de curral, é imprescindível apresentarmos algumas características essenciais da referida modalidade de pesca na praia de Bitupitá.

Os currais da referida praia apresentam a forma “tipo coração” e são classificados de acordo com a distância que tem da orla da praia, sendo as seguintes as classificações: a) “currais de beira” (até três mn²²); b) “currais de meia carreira” (até cinco mn); e c) “currais de fora” (até dez mn). À medida que os currais se distanciam da costa, apresentam maiores dimensões. Os primeiros são construídos logo na linha de costa, já os últimos são construídos a mais de dezoito quilômetros da orla marítima. Devido às fortes correntezas provocadas pelas águas profundas, os currais de fora são construídos quase inteiramente de arame, isto é, os compartimentos denominados de “salinha” e “chiqueiro” são revestidos com arame para resistirem por maior tempo aos movimentos das correntes de maré.

Chaves (1973) registrou que em Acaraú os currais de pesca têm, assim como os currais de Bitupitá, quatro compartimentos. No entanto,

²¹ O custo da construção de um curral na praia de Bitupitá varia dependendo do seu tamanho e localização. Os currais de fundo podem chegar a custar quase dez mil reais, já os currais de beira ficam em torno de vinte mil a quarenta mil reais. Os custos se referem aos materiais e aos serviços de mão de obra. Vide mais informações em Araújo (2013), que especifica os valores e materiais gastos para construção de um curral.

²² Uma milha (mn) náutica é equivalente a 1.852 metros.

alguns currais têm um pequeno compartimento anexado, chamado de “chiqueiro falso”, o mesmo pode constatar em alguns currais de Bitupitá.

As denominações dadas aos compartimentos de Bitupitá, bem como as suas descrições, são as seguintes: a “espia” que é uma cerca retilínea de esteiras de cipós posta perpendicularmente à linha do mar e que penetra no compartimento que tem forma de coração que é o segundo compartimento chamado de “sala grande” que, por sua vez, se acopla ao terceiro compartimento denominado de “salinha” que tem a mesma forma da sala grande só que com menor proporção; por último vem o “chiqueiro” que acoplado ao compartimento anterior tem o formato arredondado e complementa a grande armadilha. Chaves (1973) aponta que esses compartimentos são ligados por “bicos”, nome dado em Acaraú e em Bitupitá à forma de uma entrada estreita que penetra nos compartimentos posteriores.

Os pescadores que realizam a pesca de curral, que muitas vezes não são os proprietários dos meios de produção como o barco e o próprio curral, detêm os conhecimentos, as estratégias e as técnicas para realização de todas as etapas da pesca de curral que podemos classificar em “etapa de construção do curral” e “etapa de despesca”. Na etapa de construção há as seguintes fases: “marcação”, “amouramento” e o “levante de esteiras”. Já no momento de despesca constatamos que o trabalho de despescar o curral é constituído de quatro fases cruciais, as quais classificamos da seguinte maneira: a “saída para o curral”, a “despesca no chiqueiro”, a “divisão nas cordas” e a “chegada em terra” (ARAÚJO, 2013).

Resultado de um conhecimento detalhado da natureza e que está em constante modelação e aprimoramento constante realizam essas etapas do trabalho com muito rigor, planejamento, cálculo e com a observação atenta e cautelosa. Como podemos observar nesse trecho que trata da primeira etapa de construção de um curral, denominada marcação²³:

²³ Em Bitupitá os currais estão dispostos em fila indiana, conhecidas localmente como “carreiras”, e denominadas de acordo com a Capitania dos Portos em linhas A, B, C e D.

Inicia-se a marcação pelo “Chiqueiro”. O marcador já com auxílio de cinco homens realizará a ação de medir; “seis braças” (uma braça equivale a um met. e meio.) de comprimento para o chiqueiro, “dezenove braças” (28,5 met.) para a “salinha”; e “setenta braças” (105 mt) para a “sala grande”. Para a espia são medidas 250 braças. É composto por 200 mourões fincados em linha retilínea e tem em média 400 mt de comprimento. As medidas da marcação do curral são tiradas pelo marcador com auxílio de seu braço; após mergulhar na água, o marcador indica o local em que o primeiro mourão deverá ser fincado. Depois de posto na vertical e fincado na plataforma continental pelos cinco homens – chamados de “batedores de mourão” – esse mourão servirá de referência para se retirar as medidas dos outros compartimentos do curral que também serão marcados com mourões e medidos com os braços, palmos e as pernas dos pescadores (ARAÚJO, 2013, p. 33).

Imagem 2: "Mar de vaqueiros" do povoado de Bitupitá, Ceará.



Fonte: Fotografia de Gabriela Araújo.

Essas linhas distam cerca de 700 braças (equivale a mais de mil metros) entre uma e outra. Para salvaguarda da atividade de navegação na área, a posição dos currais é registrada na carta náutica Nº 511 da Capitania dos Portos.

ARAÚJO, Antônia Gabriela Pereira de; PEREIRA, Bruno Gonçalves. “Mar de Vaqueiros”: conhecimentos tradicionais da pesca de curral e os direitos territoriais dos pescadores artesanais da praia de Bitupitá, Ceará. *Tessituras*, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 231–269, jan./jun. 2015.

O sistema de conhecimentos tradicionais que os pescadores criam e recriam para exercer a pesca de curral são exatos e alinhados com a dinâmica natural do meio em que se desenvolve, e é por ser uma atividade “afinada” com a natureza que os pescadores a realizam cotidianamente mesmo desprovidos de apetrechos, instrumentos ou materiais industrializados.

Um aspecto de grande importância diz respeito às medidas de comprimento usadas na praia de Bitupitá pelos pescadores para a realização de todas as etapas da pesca de curral, desde a marcação até o momento de despesca as medidas são feitas através das partes do corpo e em algumas etapas, há o uso de pedaços de cordas de polietileno. No entanto, as braças e as palmas são as medidas cruciais para a marcação e a construção do curral de pesca na praia de Bitupitá. Quando interrogados sobre o tamanho dos compartimentos dos currais eles não usam o sistema métrico decimal, utilizam sempre os termos, como, por exemplo, “uma braça”²⁴, que corresponde num homem de tamanho médio, com os braços estendidos horizontalmente, da extremidade dos dedos de uma das mãos até os dedos da outra. É chamada também de “braça marítima” que equivale a sete palmos e no sistema métrico corresponde a aproximadamente 1,60 m.

O trabalho realizado para determinar o local onde será construído o curral é meticuloso e cingido pelos saberes tradicionais. A “marcação do curral”, nome dado à ação de determinar o “chão de mar” onde serão construídos os compartimentos do curral. A marcação acontece durante a maré vazante, período em que o nível de água do mar está mais baixo. A marcação é realizada geralmente nos meses de maio a junho, nesse período o mar encontra-se calmo e com pouca agitação na superfície e a turbidez da água é menor (da superfície é possível ver o fundo do mar a uma profundidade de 15 a 20 metros). Questionado sobre se o período bom para

²⁴ Segundo Seraine (1958, p. 272), em referência ao estudo do antropólogo norte-americano Robert Lowie no seu livro *Antropologia Cultural* (1947), sublima que essas formas de medida foram usadas para medir as peles de gado e que os californianos e melanésios mediam as conchas que serviam como moeda de troca por medidas marcadas com a mão.

marcar curral era a estação do “verão”, um dos marcadores de curral, homem experiente e conhecedor do mar, relata:

No inverno é melhor quando o tempo tá brando, quando é assim mês de maio até agosto é bom porque o vento tá bem calmo ainda. Mas assim no verão é mais pesado porque a gente vai e bota lá o “banco” e a malha vira e tem maré que a gente vai e não faz nada só lutando com banco dentro d’água, oito, dez pessoas, uma mão de obra danada. Maré branda não a gente trabalha mais tranquilo (João Estevão, 74 anos. Entrevista gravada em 07 de janeiro de 2015).

No Ceará, 89% das chuvas acontecem durante o primeiro semestre, nesse período ocorrem os ventos brandos de norte e de leste. Durante o segundo semestre ocorre os ventos alísios de nordeste, responsáveis pela agitação do mar, principalmente durante os meses de agosto a outubro. Assim, no Ceará, conforme a pluviosidade podemos caracterizar os períodos do ano em seco e chuvoso, o período chuvoso compreende o “inverno” e o período seco é conhecido como o verão.

Em Bitupitá (ARAÚJO, 2013) a marcação é feita por seis a dez homens que conforme as orientações do mestre de marcação, realizam a ação de socar dezessete a vinte mourões de 10 a 15 metros de altura a uma profundidade média de um metro. Os mourões chegam a pesar trinta a cinquenta quilos²⁵. Chaves (1973) ao tratar da etapa de marcação de um curral de pesca em Acaraú aponta que são fincados vinte mourões:

É a vez do “marcador”. Esse é como que o engenheiro do curral. Marca é delimita no chão do mar, com exatidão, o sentido do curral, a posição precisa dos mourões do chiqueiro, da salinha, da sala grande e da espia. É tarefa árdua que requer perícia no mergulhar e hábil sendo de orientação dentro das águas. O visitante pensa à primeira vista que na construção desse aparelho as ações se dão mais ou menos sem ordem, talvez ao acaso e sem muito rigor. A observação atenta, porém, lhe ensina justamente o oposto: a atividade de marcar o curral obedece a acurada ordem de sucessão de atividades e de proporcionalidade entre as partes. Os

²⁵ Na praia de Bitupitá, o trabalho de marcar o curral é contratado pelos “donos de currais”, homens que pagam R\$ 1.000,00 pelo serviço contratado do marcador e R\$ 50,00 (diária) para os cinco ajudantes.

primeiros vinte mourões fincados têm cada qual seu nome específico e são postos segundo severa medida nos respectivos lugares sob pena de a armadilha se mostrar posteriormente falha (CHAVES, 1973, p. 38).

O referido autor faz ainda uma descrição minuciosa da instalação dos vinte mourões que servem para a etapa de marcação de um curral em Acaraú e apresenta os nomes dados aos mourões, sendo elas as seguintes: mourão mestre, mourão guia, mourão barla vento, mourão sota vento, mourão de boca, mourão de meia marca de barla vento, mourão de meia marca de sota vento, mourão de encolamento ou mourão de ombro e o mourão de abrigão.

Em entrevista aberta com um dos mais antigos marcadores de curral da praia de Bitupitá registramos o relato do processo da transmissão dos saberes inerentes ao sistema de marcação que, segundo o marcador, foi transmitido pelo seu pai. O referido marcador que é também pescador expõe:

É eu era garoto, novo, devia ter uns 10 anos e já andava com ele (pai do pescador). O curral dele era o primeiro curral dessa carreira aqui, da C, ai eu via ele, ele marcava lá pros outros, ai ele chamava e eu ia (...) olhava, observava. Ai pronto, mas quando eu falei que ia levantar pra mim, eu trabalhava até pra o rapaz desse comércio aqui, meu primo, isso foi em 63. Ai eu disse “rapaz agora vou levantar um curral pra mim” ai eu comprei os material, meus vizinhos disseram que eu ia estragar, era melhor mandar outra pessoa marcar, papai já tinha ido embora. Ai eu disse “quem vai marcar é eu mermo, comprei o material, não tô devendo nada a ninguém se eu errar é meu não tem problema não”. Ai marquei o primeiro curral em 63 de lá pra cá fiquei trabalhando pra gente mesmo (João Estevão, 74 anos. Entrevista gravada em 07 de janeiro de 2015).

Questionado sobre as estratégias de marcação, o mesmo marcador expõe que uma das técnicas usadas para estabelecer a posição e fincar o primeiro mourão, que serve de guia para determinar a posição dos outros mourões que compõe a marcação do curral é feito tomando como referência pontos estratégicos da terra, como as árvores ou casas de dois ou mais andares. Essa técnica é similar a técnica de marcação de caminho e assento

utilizada em pescarias de linha em toda a extensão costeira do Nordeste brasileiro (BRAGA, 2013; MALDONADO, 1993).

Tiro o rumo da carreira olhando pra terra, veja bem, olha lá esta aquele coqueiro aculá, eu tenho que quando arriar esse primeiro pau aqui (mirar o coqueiro), a gente fica em pé no banco aqui pra olhar, por que se vir pra cá ele já vai sair já, já tá “roubando”²⁶ já. O primeiro que eu enfio é esse aqui ai depois eu enfio esses dois mourões aqui, depois desses dois mourão aqui ai eu vou pra cá ai depois por este outro aqui ai tem que preencher um no outro, porque se eu botar aqui e botar um bem ali naquela caminhonete eu tenho que balizar na caminhonete aqui pra pegar aquele ultimo de lá, tem que preencher os três igual, se sair da rota já tá robando já pelo outro lado. A gente tira a medida pela terra, como bem por um coqueiro, um “prediozinho”²⁷ aqui a gente tem que se balizar pra fazer o primeiro aqui bem cheio, bem certo. Porque se botar lá e não conferir aqui no final vai sair todo as avessa. Um coqueiro é bom da gente se basear lá fora, avista bem, ai a gente preenche aqui ai não tem como roubar. Porque a gente tem que botar os pau tudo de acordo pra ficar tudo igualzinho (João Estevão, 74 anos. Entrevista gravada em 07 de janeiro de 2015).

Aqui podemos concluir que o modo de vida dos pescadores da Praia de Bitupitá, assim como de outras comunidades litorâneas cearenses, como aponta Tupinambá (1999), encontra raízes históricas e culturais na articulação “terra e mar”. Segundo a referida autora há uma inter-relação entre os dois meios, isto é, um binômio terra e mar, que integra a constituição da territorialidade e dos modos de vida das comunidades pesqueiras. Trata-se de uma configuração de “territorialidade relacional”, onde esses elementos, terra e mar, tecem um imbricado sentido, que marca a relação dessas comunidades com a natureza (TUPINAMBÁ, 1999, p. 43).

Ainda, segundo informações dos marcadores de curral da praia de Bitupitá, antes do início da marcação do curral é realizada uma série de observações essenciais para o sucesso do curral de pesca, dentre as quais se destacam: o tamanho e declividade da margem, tipo de substrato, flutuação da maré e a influência da correnteza e do vento. Além disso, após o término

²⁶ Expressão usada para designar que está fora do alinhamento devido.

da marcação são realizados alguns testes pelos “mestres de marcação”²⁸ para garantir que o curral está bem marcado. Esses testes podem variar em métodos e técnicas de acordo com o conhecimento e preferência do marcador.

Um dos marcadores de curral, chamado na praia de Bitupitá por “mestre Waldemar”, após a marcação, despeja uma quantidade de areia na entrada da armadilha e observa como essa areia irá se dispersar para o interior do curral. O “mestre Zé Tuda” se utiliza de um pedaço de madeira que é lançado na água no compartimento da “salinha”. Se o curral estiver bem marcado, as correntes deverão se encarregar de levar o pedaço de madeira para o final do chiqueiro. O “mestre José Rocha” se vale do próprio corpo para observar a precisão da marcação do curral: dentro d'água pelo lado de fora da armadilha o mestre se agarra com as mãos ao mourão mestre. Caso seu corpo fique na horizontal, isto indica que o curral está bem marcado²⁹.

É de sumo interesse expor nesse momento, que após quatro dias de marcação do local de instalação do curral, que consiste no cálculo feito em braças e palmos para instalar dezessete mourões de forma a indicar onde ficará cada um dos quatro compartimentos, ocorre a etapa de fincar os mourões que irão formar cada compartimento, é a etapa chamada “amouramento”.

Nesse momento entram em cena os “batedores de mourão” que utilizam para essa etapa os seguintes instrumentos de trabalho: dois “mâi” (nome dado ao imenso martelo de madeira que pesa cerca de 10 kg) e um “banco” (nome dado a estrutura de madeira que tem forma de cavalete) que

²⁷ Não há prédios na referida localidade. A expressão foi usada para designar casas duplex.

²⁸ Denominação dada pelos moradores locais para os homens que possuem os conhecimentos de marcar curral.

²⁹ Há na praia de Bitupitá quatro mestres marcadores de curral reconhecidos pelos moradores: o mestre José Rocha, 89 anos, o mestre João do Estevão de 74 anos (filho de um mestre marcador falecido), o mestre Waldemar do Padre de 61 anos e o mestre Zé Tuda. Desses quatro, somente o Zé Tuda tem exercido a atividade atualmente, sendo ele e o mestre Waldemar os responsáveis pela marcação dos currais desde 1995. Este último devido a uma doença laboral relacionada a atividade de mergulho abandonou a atividade de marcação e atualmente trabalha com a compra e venda de peixes capturados pelos currais. Os mestres relatam terem passado os conhecimentos uns para os outros, além de muitos

é apoiado na plataforma continental de maneira que fique um banco acima do nível do mar para que aí os trabalhadores façam suas tarefas de bater os mourões. Essa etapa consiste nos seguintes procedimentos:

Primeiramente, os mourões são posicionados a cada braçada (medida dos pescadores que equivale a 1,5 met.) enquanto que as varas são colocadas a meia braçada. Para fincar os mourões os homens utilizam um martelo de madeira e um banco - com as seguintes dimensões: 1,5 a 2 met. de comprimento por 50 cm de largura - amarrado com cabos de corda a outros dois mourões já fixos. Os pescadores utilizam também uma âncora para deixar o banco em pé. Utilizando esses dois imensos martelos de madeira que, como já enfatizado, chegam a pesar 10 kg cada, dois homens equilibram-se em cima do banco. Em pé esses homens aguardam um terceiro batedor de mourão que terá a tarefa de afundar o mourão e leva-lo até o devido local onde deverá ser fincado. O homem precisa do auxílio de uma corda que fica amarrada no pé de outro mourão para conseguir afundar o mourão de 50 kg que flutua sobre a água. Isto ocorre devido à força do empuxo³⁰ exercida sobre o mourão, isto é, o corpo do mourão sofre, por parte do fluido, uma força vertical para cima, cuja intensidade é igual ao peso do fluido deslocado pelo mourão. Como a intensidade da força de empuxo é maior do que a intensidade da força peso³¹ do mourão ele é levado para a superfície ($E > P$). Por isso o homem tem o auxílio de uma força peso que o puxa para baixo, nesse caso, o cabo que está amarrado no pé de outro mourão, ou melhor, ao segurar no cabo que está amarrado no pé de outro mourão (já fincado no solo marinho) a intensidade da força de empuxo ficará menor do que a intensidade da força peso ($E < P$) do homem e do mourão. Entretanto, como a força peso é maior que a força de empuxo, o mourão, que antes estava flutuando, irá agora afundar. Desta forma, o pescador consegue levar o mourão até a superfície de areia que deverá ser fincado pelos homens que estão no banco. Depois de colocado firmemente em pé, o mourão agora é fixamente segurado por um dos homens que está no banco. Este, por sua vez, impulsiona com sua força o mourão para baixo na

terem aprendido com os pais.

³⁶ O Princípio de Arquimedes enuncia que um objeto imerso num líquido sofre um empuxo de baixo para cima igual ao peso do volume de líquido que desloca. Um objeto flutua quando a força do empuxo supera seu peso. Se o objeto desloca um volume de líquido de peso exatamente igual ao seu, diz-se que tem flutuabilidade neutra; não afunda nem flutua. Se o peso do objeto desloca uma quantidade de líquido de peso menor que o seu, o objeto afunda. Cf. www.infoescola.com, acessado em 07 de julho de 2013.

³⁷ Quando um corpo que se encontra imerso em um líquido, agem duas forças: a força peso (P), devido à interação com o campo gravitacional terrestre, e a força de empuxo (E), devido à sua interação com o líquido. Cf. www.infoescola.com, acessado em 07 de julho de 2013.

intenção de manter a imensa vara na vertical. O outro homem que está no banco em pé utilizando o “mâi” começa a martelar o mourão, enquanto o que segura faz movimentos circulares com o mourão no intuito de que esses movimentos facilitem a formação da cavidade na qual ficará fincado permanentemente o mourão. Esse processo é feito até que o mourão esteja pelo menos meio metro fincado no solo. A próxima tarefa consistirá em amarrar o mourão com cabos de corda. O terceiro batedor de mourão realizará essa tarefa, passando o cabo no mourão e amarrando as pontas dos cabos nos outros mourões da esquerda e da direita (que já estão fincados) de forma que mantenha o mourão firme e “equilibrado”. O batedor de mourão senta no banco e com as mãos segura os cabos que estão presos ao mourão trazendo estes para si enquanto empurra com um dos pés para o lado oposto do seu corpo o mourão. Segundo depoimentos dos batedores de mourão esta ação é realizada para manter o mourão firme, e as cordas que são colocados em volta da ponta do mourão e que são acochadas- o cabo envolve o mourão de forma a acocha-lo. Cada série de marteladas são para manter o mourão inteiro, já que as marteladas podem levar o mourão a se partir. Os outros dois homens, em pé no banco, vão batendo no mourão com os “mâis” de forma intercalada. Acompanhando o ritmo das intensas marteladas os homens emitem com a mesma força que arremessam o “mâi” no mourão, os seguintes sons: “Hei” e “Ha”, intercalados (ARAÚJO, 2013, p. 41).

Em todas as etapas da pesca de curral, desde a marcação do curral até o momento de despesca, os pescadores mesmo desprovidos de instrumentos industrializados, desenvolvem técnicas e constroem conhecimentos aprimorados da natureza através das experiências rotineiras, das observações rigorosas e da interação aprofundada com a dinâmica do mar, com a sua flora, sua fauna e com outros elementos da natureza.

As fases de construção do curral dura em média de três a quatro meses, sendo esse trabalho realizado principalmente durante as marés vazantes devido às baixas profundidades encontradas durante esse período. Ao todo, são necessários 600 mourões para a construção de um “curral de beira” e até mil mourões para construção de um “curral de fora”.

Os mourões são revestidos a partir de esteiras de arame tecidas em estaleiros à beira mar. Para tecer essas esteiras, os tecedores de esteiras utilizam uma forma de madeira contendo três fileiras de pregos dispostos

continuamente em linha reta, nos quais o arame é trançado e amarrado formando uma malha. Depois de finalizada, a malha de arame é presa em mourões formando assim as esteiras que irão compor as paredes do curral. Em média as esteiras possuem doze metros de altura e vinte metros de comprimento.

Depois de construídos os currais podem durar cerca de seis a nove meses. Durante as campanhas de despesca, os pescadores realizam trabalhos de reparo e reposição de arames e demais materiais que necessitam serem trocados para fazê-los durar o ano todo, já que os ventos e as marés desgastam os mourões, as esteiras de arames e as telas de nylon. Nesse processo de reparo a madeira pouco é reaproveitada, pois fica coberta de lodo e de cracas, já a esteira de arame é mais resistente e pode ser reutilizada se reparado alguns defeitos encontrados. Essas armadilhas de peixe não utilizam nenhuma espécie de isca por isso a captura depende do peixe movimentar-se “espontaneamente” para dentro dela. Os fatores mais importantes que determinam a eficiência desta arte de pesca – além dos fatores naturais como o regime de chuvas, correntes de maré e os ventos³² – são: a sua localização e a disposição de seus compartimentos com relação às correntes de maré. Segundo relatos de pescadores experientes da praia de Bitupitá a pesca de curral é mais proveitosa nas águas de lua cheia, no inverno e quando os ventos estão brandos.

Os homens responsáveis pela construção de um curral de pesca são denominados de “marcadores”, “tecedores de esteiras” e os “armadores”, também conhecidos como os “batedores de mourão”, são esses homens, na maioria das vezes, que também realizam os trabalhos de despesca, no

³⁰ Tavares *et al* (2005) em seu estudo sobre currais do Pará destaca que, como o plano de evolução da lua em torno da Terra não está no mesmo plano de evolução da Terra em torno do Sol, existem efeitos diversos gerados pela ação destas duas forças nos ciclos das marés, sobretudo no que se refere a amplitude das mesmas. Desta forma é possível encontrar ciclos de marés de diferentes amplitudes em diferentes pontos geográficos, tendo como exemplo mais marcante a região costeira do Brasil, onde se observa que as amplitudes máximas de marés podem atingir aproximadamente 7 m na região Norte (EL-ROBRINI, 1992). Essa grande amplitude de marés é que possibilitam a construção dos currais-de-pesca em áreas localizadas bem próximas da costa (TAVARES *et al*, 2005, p. 18).

entanto quando no momento de realização de despesca recebem outros nomes referentes à função desempenhada, sendo os nomes e a descrição as seguintes: “vaqueiros” e “mata-vaqueiros” que são as figuras centrais para realização do trabalho de retirada do peixe dos currais, o “lançador” ou “enlaçador” que é responsável junto com o “boqueiro” – homem que se equilibra em pé sob dois mourões – para fechar a rede de pesca e não deixar os peixes saírem, o “boqueiro” deve, quando no início da abertura da rede no chiqueiro, segurar um dos “calões” – nome dado ao mourão que é preso a rede de pesca – com um dos pés e apoiar o outro pé em cima de um mourão do compartimento chiqueiro para que o outro “calão”³³ da rede de despesca seja aberto pelos “mergulhadores” que tem a função de passar a rede pelo chiqueiro de forma que todos os peixes não escapem da varredura feita por eles, como podemos observar melhor na descrição do momento de despesca:

Ao chegarem próximo da imensa armadilha os pescadores amarram a canoa na parte de fora do curral tarefa exercida principalmente pelo vaqueiro. Após amarrada a canoa, o mata-vaqueiro cai na água, segurando a rede e é auxiliado pelo vaqueiro, e entram no chiqueiro através de uma “espécie de portinha” desse mesmo compartimento. Um desses dois pescadores irá realizar a função do chamado “boqueiro”, pois ficará na entrada do “chiqueiro” (chamada de “boca”), segurando um dos dois calões da rede com o pé. O “boqueiro” terá que se equilibrar com um dos pés em cima de um mourão da “boca do chiqueiro” enquanto que o outro pé estará impulsionando o calão da rede para baixo de forma que não permita a saída de nenhum peixe. Enquanto isso, três pescadores já estarão distribuídos em lugares diferentes do chiqueiro a uma distância de dois metros um do outro para realizarem a função de mergulhadores. Ao mergulhar, o pescador encosta os pés na superfície do mar e segura a parte inferior do calão, enquanto o outro mergulhador segura o calão na superfície. O que mergulhou terá que caminhar para frente³⁴, segurando com uma das mãos, nos mourões do chiqueiro e, com a outra mão, levando o calão rente a areia e

³³ Se refere a madeira usada nas duas pontas da rede de pesca usada no curral para facilitar sua abertura.

³⁹ Os mergulhadores não utilizam nenhum equipamento de mergulho, exceto máscaras, que servem para adaptar a visão humana ao meio aquático, já que cria um espaço de ar entre os olhos e a água. O tempo médio que um pescador de Bitupitá fica submerso na água é de, no máximo, dois minutos.

à estrutura de esteiras do compartimento. O mergulhador que segura o calão na superfície terá que empurrá-lo para baixo, no intuito de não deixá-lo flutuar, mas também caminhará para frente de forma que o calão acompanhe os movimentos da “parte inferior”. Passado um tempo de até, no máximo, dois minutos, o homem que estava na superfície mergulhará e o que estava submerso irá para cima³⁵. Quando o calão está se aproximando do final do chiqueiro o “boqueiro” fecha a rede nas tralhas de boias e chumbadas, isto é, puxa uma espécie de cabo (carregadeira) que fecha tanto a parte superior quanto a parte inferior da rede. Segurando nas “carregadeiras”, os homens sobem na embarcação e puxam a rede para dentro da canoa (ARAÚJO, 2013, p. 39).

Podemos constatar, após uma série de descrições do trabalho dos pescadores artesanais de Bitupitá, que a lógica que rege a prática da pesca de curral é construída e elaborada através de um arsenal de saberes provenientes de vários processos de observação que se caracterizam como uma atividade tecnicamente calculada e de muita investigação, principalmente, das marés, das luas e dos períodos de surgimento de espécies marinhas. Desse modo, é possível afirmarmos que se trata de um conhecimento tradicional que se constitui tanto em seus processos de investigação cotidianos quanto nos acervos já prontos transmitidos pelas gerações anteriores (CUNHA, 2009).

A prática da pesca de curral é construída na interação intensa entre natureza e cultura, uma vez que o seu exercício se dá a partir das observações, das experiências e da compreensão da dinâmica do meio natural, sendo, desse modo, inteiramente alicerçada, no que Ingold (2000) denominou por “sinergia entre a dinâmica do organismo e a do ambiente”. Os pescadores de currais de Bitupitá possuem um sistema de conhecimentos, estratégias, saberes e técnicas rigorosas, cautelosas e detalhadas da dinâmica do meio natural. Ao contrário do que podem pensar

³⁵ Ao mergulhar, os pescadores, tem seus pulmões “espremidos”, à medida que descem e a pressão a sua volta aumenta o volume de ar nos pulmões diminui, o tórax se encolhe e o abdômen também como se estivesse exalando. Ver livro Manual do Mergulho Autônomo Desportivo, de Adriano Peregrino (s.d.). O fato dos pescadores mergulharem sem equipamentos de mergulho e ficarem durante muito tempo submersos na água faz com que

alguns estudiosos, a pesca de curral na praia de Bitupitá não é exercida de forma aleatória ou de forma casual, nem é fundamentada em conhecimentos superficiais, precários e duvidosos do meio ambiente.

Muito pelo contrário, por exercerem a prática da pesca de curral em um meio imprevisível e instável da natureza, os mestres marcadores de “chão de mar”, os vaqueiros, verdadeiros “equilibrista do bailar das ondas” e os mergulhadores que lançam seus corpos no mais profundo do mar servindo como extensões da rede de pesca enraizaram seus modos de sentir, pensar, viver e agir sobre o meio natural num sistema de saberes embebido por rituais, mitos e conhecimentos tradicionais que se criam e recriam no fazer cotidiano dessa arte de pesca.

Territórios tradicionalmente ocupados: a praia de Bitupitá (Ceará) e os direitos dos pescadores de currais

Após a contextualização das dimensões sociais e simbólicas da pesca de curral na praia de Bitupitá torna-se de grande importância tecer uma breve discussão em torno do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Esta contempla nos seus princípios as noções de mutabilidade, criação e recriação dos modos de vida e de agentes ativos no processo de autodefinição como populações tradicionais.

Desde a sua criação, em 1988, a categoria “populações tradicionais” vem gradualmente sendo apartada da noção de “sujeitos biologizados”, estáticos e homogêneos e tem sido incorporada para designar agentes sociais que se auto definem e que têm consciência de sua própria condição (A. W. ALMEIDA, 2008, p. 34).

Já nos anos 1990, os estudos de Marshall Sahlins provocam muitas discussões ao afirmar que

muitos pescadores da praia tenham problemas de respiração e pulmonares.

toda reprodução cultural é também uma alteração e que os esquemas culturais são constantemente renovados porque os homens pensam criativamente, e assim alteram seus conceitos e fornecem novos sentidos aos mesmos elementos que conformam o que chamamos tradição (SAHLINS, 1990, p. 07).

Sahlins repensa a noção de tradição, e traz a noção de uma tradição não mais estável e monolítica, mas uma concepção de tradição que comporta em si a continuidade, a mudança e a ideia de ressignificação.

A definição de populações tradicionais constante do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais-PNPCT define como povos tradicionais grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupando e usando territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e que utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Entretanto, apesar da criação, desde 1992, do Conselho Nacional de Populações Tradicionais e das conquistas na redefinição da noção dada ao termo “tradicional” nos dispositivos infraconstitucionais às populações de pescadores e agricultores que há séculos produzem e reproduzem seus modos de vida na zona costeira do Ceará em terras definidas como Bens da União, ainda enfrentam obstáculos na sua efetivação e reconhecimento como territórios tradicionalmente ocupados (A. W. ALMEIDA, 2008, p, 26).

Há a seguridade legal do modo de vida e dos saberes da população de pescadores da praia de Bitupitá nos dispositivos jurídicos, no entanto ainda não há o reconhecimento desses pescadores de currais como populações tradicionais. De acordo com o mapeamento realizado em 2014 na zona costeira do Estado do Ceará (RODRIGUES e ARAÚJO, 2014)³⁶ foi

³⁶ Ver artigo intitulado Efeitos de Megaprojetos Turísticos sobre populações tradicionais: conflitos fundiários em perspectiva comparada Brasil-México, apresentado no 38º Encontro

constatada a existência de mais de vinte conflitos fundiários presentes em 40% dos municípios da costa litorânea envolvendo povos indígenas, pescadores artesanais, quilombolas e agricultores com empresas turísticas, especuladores imobiliários e atividades econômicas emergentes como a carcinicultura e as empresas de energia eólica.

Posto isso, a realidade das populações que vivem no litoral cearense evidencia que não se trata apenas da inclusão de contingentes populacionais que se encontram vulneráveis às ações do capital e do Estado em categorias e conceitos que lhes forneçam mecanismos de luta por seus direitos, mas são necessários mecanismos que façam valer esses direitos (RODRIGUES, 2010, p. 18).

Ramalho (2014) aponta que, historicamente, o descaso com que são tratados os pescadores artesanais no Brasil, tanto no que diz respeito ao reconhecimento desses como sujeitos de direito quanto no que concerne ao direito de permanecerem nas terras tradicionalmente ocupadas há séculos por eles é marcado por manobras do governo, desde o período provinciano instaurado no Brasil, que consistiam na tentativa de “civilizar” e “modernizar” os pescadores através do discurso da modernização pelo desenvolvimento. Ramalho (2014) citando um trecho da “Missão do Cruzador José Bonifácio”³⁷ escrita por Frederico Villar, em 1945, vislumbra:

Cada Colônia, formada pelos agrupamentos de pescadores no litoral, ilhas, rios e lagoas, **será um ponto de apôio para a ação social, administrativa e militar do Governo e da República**. Será um centro de orientação técnica e profissional. Um núcleo de vigilância da costa e de defesa nacional, **facilmente mobilizável**; de instrução e de educação cívica. Um **posto de fiscalização da Pesca – defesa da fauna e da flora aquática** e dos processos de trabalho em nossas águas (RAMALHO, 2014, p. 50).

Nacional Da Anpocs 27 a 31 de outubro de 2014, Caxambu, MG no GT 31 - Projetos de Desenvolvimento e Direitos Territoriais das populações tradicionais: alternativas de desenvolvimento.

³⁷ Ramalho (2014) aponta que a referida Missão se baseou no discurso do desenvolvimento industrial que se agregou ao da fiscalização ambiental, como fruto da nacionalização e da modernização da pesca. Assim, espécies marinhas de interesses comerciais ou de possíveis utilidades mercantis no futuro deveriam ser protegidas em benefício da indústria nacional.

O trecho é bastante elucidativo, uma vez que expõe a visão e os interesses do governo provinciano em criar as colônias de pescadores, que conforme mostra o trecho supracitado estava fundamentado no interesse de criar apenas “um ponto de apoio para a ação social, administrativa e militar do Governo e da República”, como fica mais explícito no seguinte trecho:

Instruída e saneada, essa gente, com seus barcos, representará para a Marinha e para a Nação uma preciosa Reserva, de fácil mobilização para a defesa naval, além de constituir viveiro magnífico de hábeis marinheiros e uma considerável fonte de múltiplas atividades, interessantíssimas para o País (RAMALHO, 2014, p. 52).

Ramalho expõe que, sem dúvida, Frederico Villar, principal membro da “Missão do Cruzador José Bonifácio” realizou a referida missão como uma ação civilizatória capaz de tirar da ignorância homens dedicados ao trabalho do mar, como enfatizado por Frederico Villar, no seguinte trecho: “transformamos a Missão do Cruzador ‘José Bonifácio’ em uma Grande Cruzada, cuja projeção antevíamos para o futuro do Brasil” (RAMALHO, 2014, p. 55).

O modelo de exploração econômica capitalista industrial é responsável pela destruição crescente do meio ambiente. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais-PNPCT reconhece que a presença permanente desses povos em determinadas áreas tem preservado as características que compõe as zonas naturais, devido principalmente a necessidade de manutenção dos processos ecológicos para continuidade dessas populações.

Entretanto, no litoral do Ceará a inserção dessas populações tradicionais em contextos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento colocam essas populações diante um dilema insolúvel do ponto de vista de seus interesses e os de preservação ambiental: ou continuam praticando os modos de vida tradicionais ou são assimiladas pela sociedade dominante, dissolvendo-se como populações tradicionais e abrindo

espaço para a disseminação do modelo hegemônico de desenvolvimento.

Um exemplo bem claro desse dilema foi relatado em entrevista semiestruturada com o coordenador da secretária de Turismo do Município de Barroquinha. Segundo ele, apesar do município integrar um dos roteiros turísticos mais vendidos nacionalmente, denominado Rota das Emoções, a dificuldade em conseguir recursos do Programa de Desenvolvimento de Turismo (PRODETUR) pelo município de Barroquinha, é um dos maiores entraves enfrentados pela referida secretaria, uma vez que os recursos do Ministério do Turismo somente são liberados para determinado município quando este já tenha um número relativo de moradores locais cadastrados no site do MTur como trabalhadores do ramo turístico.

Além disso, relatou o coordenador que às verbas desse programa somente são enviadas se o município tiver uma lista de estabelecimentos e proprietários do ramo do turismo cadastrados no site oficial do referido ministério. Por não ter estabelecimentos e trabalhadores do ramo turístico cadastrados no Ministério do Turismo a prefeitura de Barroquinha ainda não recebeu recursos advindos desse programa.

Ainda conforme os dados da entrevista com Cassimiro de Abreu os moradores locais realizam passeios com os turistas e há sete pousadas na região, no entanto os moradores locais não cadastram suas pousadas, nem se cadastram como trabalhadores autônomos do ramo turístico porque receiam perder a assistência de programas do Governo, como o programa “Bolsa Família”, além de perderem os direitos como pescadores artesanais. Há apenas duas pousadas na praia de Bitupitá cadastradas no MTur, sendo elas: Pousada Dunas e a Pousada do Dadá, essa última foi construída somente após a abertura da estrada asfaltada, no anos de 2014.

Outro ponto de extrema importância para discussão desse artigo diz respeito às ações do Estado para regularizar as referidas terras habitadas pelas populações de pescadores tradicionais, já que as terras habitadas pelos pescadores de currais da praia de Bitupitá correspondem às chamadas terras da “União” cabendo ao Estado executar ações de identificação,

demarcação, registro e fiscalização destas áreas.

No Ceará, essas “terras de marinha” são habitadas por mais de cem comunidades tradicionais situadas em pequenos povoados e distribuídos em 33 municípios cearenses (TUPINAMBÁ, 1999; GOMES, 2002). São famílias de pescadores, agricultores, indígenas e ribeirinhos que tem nas atividades tradicionais, como a pesca e a agricultura, o modo de criar e recriar seus saberes e fazeres. O litoral do Ceará tem 573 km de beleza paisagística composta de praias, campos de dunas móveis e fixas, falésias, tabuleiros, estuários com manguezais, lagoas e costeiras. Esta paisagem comporta um dos maiores adensamentos litorâneos do Brasil. Com 14% da área total do estado do Ceará, a zona costeira cearense apresenta uma densidade demográfica de 178,13 hab/km² que equivale a 49% da população do referido Estado.

Tupinambá (1999) faz o registro de mais de seis etnias indígenas em todo o litoral cearense, menciona os Tupis (Tabajara e os Potiguara, localizados no Baixo Vale do Jaguaribe), os Cariris, Tremembé (rio Curu, Paraipaba e Paracuru), Tararius, Jês e os Anaces no Rio Mundaú, no Trairi. Ainda segundo a referida autora, ao estudar os pescadores da prainha do Canto Verde, Beberibe – CE, concluiu que a territorialidade das populações litorâneas do Ceará encontra raízes históricas e culturais na articulação terra e mar, isto é, para a autora há uma inter-relação entre os dois meios, terra e mar, na constituição da territorialidade e dos modos de vida dessas sociedades.

Vale destacar que o gerenciamento dessas terras ocupadas há séculos por populações tradicionais é realizado pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) em parceria com outros órgãos competentes como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Chico Mendes (ICMBio), dentre outros. Em conformidade com a Política Nacional do Meio Ambiente e da Política Nacional para os Recursos do Mar, no ano de 2006, foi criada a Lei 13.796 instituindo a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro. A Política estabelece entre outros princípios,

a proteção das comunidades tradicionais costeiras, promovendo sua preservação e **o fortalecimento cultural**, com ênfase na subsistência e na garantia de sua qualidade de vida; o controle e zoneamento de atividades potencial ou efetivamente poluidoras e o planejamento e **fiscalização do uso dos recursos ambientais presentes na zona costeira** (CEARÁ, Lei nº 13.796, de 30 de junho de 2006, grifo meu).

O princípio de proteção das comunidades tradicionais na referida Política Pública está em consonância com a Lei nº 7.661/88 que fundou como interesse do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro a promoção de ações para “orientar a utilização nacional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural” (BRASIL, Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988). A Política Estadual de Gerenciamento Costeiro está, também, fundamentada legalmente no Art. 225 da Constituição Federal de 1988 que estabelece a zona costeira como patrimônio nacional e área de interesse especial.

No entanto, é indispensável vislumbrar que do ano de 1999 a 2012 foram enviados e discutidos pelo Congresso Nacional mais de quinze Propostas de Emenda à Constituição tratando da modificação da legislação das terras da União. Todas as propostas tratavam da questão do domínio dessas terras e nem sequer mencionam a questão do ordenamento territorial, nem fazem referência ao Art. 21 e o Art. 225 da Constituição Federal de 1988, que trata de,

Art. 21- elaborar e executar planos nacionais e regionais de **ordenação do território** e de desenvolvimento econômico e social; Art. 225 - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a **Zona Costeira são patrimônio nacional**, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (BRASIL, 2001, Art. 21 e Art. 225, grifo meu).

Desse modo, somada a falta de interesse das instâncias institucionais

para regularização dos territórios litorâneos³⁸ a situação enfrentada pelos povos e comunidades tradicionais é débil, tanto por não possuírem os títulos de propriedade das terras que habitam, por ainda não terem os seus territórios reconhecidos como tradicionais, quanto por terem que conviver com a realização de projetos de desenvolvimento que adensam o litoral, como os Parques de Energia Eólica e as Políticas de Turismo³⁹.

Considerações finais

Os conhecimentos, habilidades e técnicas construídas em torno da pesca de curral aqui apresentadas evidenciam relações diferenciadas que os pescadores de currais mantem com o meio natural que os circunscreve. A continuidade desses modos diferenciados de lidar com a natureza se estabelece através da experiência no exercício da prática tradicional, fruto de saberes construídos numa relação intensa com a natureza e adquirida pela observação sistemática e pela constante interação com o ambiente, assim como pela transmissão desses saberes entre familiares, relações de amizade e nas relações de compadrio. Neste sentido, diferencia-se das atividades comuns de produção industrial e da lógica puramente mercantil, sendo perpassada por valores sociais e culturais profundos, além de ser a forma pela qual o pescador constitui-se a si mesmo na interação com o meio social e natural.

Contudo, uma nova dinâmica sócio-espacial e territorial decorrente da chegada de projetos turísticos na região pode gerar transformações na relação homem-natureza que perpassa e cinge a prática da pesca de curral na praia de Bitupitá e essa nova dinâmica pode provocar “desconexões” e

³⁸A desarticulação da Legislação das terras da União com a Legislação ambiental é outro fator apontado no texto *“Terrenos de Marinha, proteção ambiental e as cidades”* de José Mauro de Almeida (2008, p. 51) como inibidor da resolução dos conflitos fundiários no Brasil.

³⁹ Conforme Rodrigues e Araújo (2014) os parques de energia eólica estão distribuídos em oito dentre os 17 municípios do litoral oeste cearense.

“re-arranjos” na relação que os pescadores estabelecem com o “binômio terra e mar” o que pode pôr em risco a continuidade da pesca de curral, além, é claro, do possível desaparecimento dos saberes construídos tradicionalmente por esses pescadores.

Por fim, centramos nossa pesquisa no registro detalhado e preciso das relações, simbolismos e significados que regem os modos de vida dos pescadores da praia de Bitupitá com o propósito de que esse estudo possa propiciar no futuro perspectivas comparativas e inferências sobre as transformações causadas pelo processo de efetivação de projetos turísticos na referida localidade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA, José Mauro de. **Terrenos de Marinha: proteção ambiental e as cidades.** Belém: Ed. Paka-Tatu, 2008.

ARAÚJO, Antônia Gabriela Pereira de. **Vaqueiros e Mestres em alto mar: uma análise dos processos de trabalho dos pescadores de curral da praia de Bitupitá – CE.** 36º Encontro Anual da Anpocs. 21 a 25 de Outubro de 2012 em Águas de Lindóia, SP.

_____. **Modos de saber, fazer e viver: uma etnografia dos ‘guardiões de currais’ da praia de Bitupitá (Barroquinha- CE).** 2013. 61 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, [2013].

ARAÚJO, Antônia G. P de; ARAGÃO, Lorena L.; RODRIGUES, Lea C. Turismo, Populações tradicionais e Ambiente. **Gaia Scientia**, João Pessoa, edição especial, p. 161 – 171, 2014.

BRAGA, Miguel S. de C. **Embarcações a vela do litoral do Estado do Ceará: construção, construtores, navegação e aspectos pesqueiros.** 2013. 344 f. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Ciências do Mar, Programa de Pós-graduação em Ciências Marinhas e Tropicais, Fortaleza, [2013].

ARAÚJO, Antônia Gabriela Pereira de; PEREIRA, Bruno Gonçalves. “Mar de Vaqueiros”: conhecimentos tradicionais da pesca de curral e os direitos territoriais dos pescadores artesanais da praia de Bitupitá, Ceará. *Tessituras*, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 231–269, jan./jun. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Boletim Estatístico da Pesca Marítima e estuarina**: Estatística da Pesca no Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2007.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela Carneiro. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. In: _____. **“Cultura com aspas”**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 301-310.

CEARÁ. **Lei nº 13.796, de 2006**: Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro. Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Lei nº 13.796, de 30.06.06 (D.O. de 30.06.06).

_____. **Perfil Básico Municipal**: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e Governo do Estado do Ceará. Fortaleza-CE, 2010a.

_____. **Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB)**: Cadastro da Secretaria de Assistência à Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de Barroquinha do Programa de Saúde da Família (PSF). Barroquinha, CE. 2010b.

CHAVES, Luís de Gonzaga Mendes. **Trabalho e subsistência Almofala**: aspectos da tecnologia e das relações de produção. 1973. 177 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, [1973].

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Os nuer**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GOMES, Henrique C. M. **Para onde sopram os ventos**: escola, vida e cultura dos povos do mar. 2002. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, [2002].

INGOLD, Tim. Culture, nature, environment: steps to an ecology of life. In: _____. **The Perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. New York: Routledge, 2000. p.13-26.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: Brasil: Dimensão ambiental - Oceanos, mares e áreas costeiras. Brasília: IBGE, 2004.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf> . Acesso em: 26 maio 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A Ciência do Concreto. In: _____. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papius, 1962. p. 19-55.

MALDONADO, Simone C. **Mestres e Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima.

ARAÚJO, Antônia Gabriela Pereira de; PEREIRA, Bruno Gonçalves. “Mar de Vaqueiros”: conhecimentos tradicionais da pesca de curral e os direitos territoriais dos pescadores artesanais da praia de Bitupitã, Ceará. *Tessituras*, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 231-269, jan./jun. 2015.

São Paulo: Annablume, 1993.

PEREGRINO, Adriano. **Manual do Mergulho Autônomo Desportivo CBPDS / CMAS**. Disponível em: http://tempodefundo.dominiotemporario.com/doc/Curso_Basico_de_Mergulho_Autonomo.pdf. Acesso em: 26 jun. 2015.

PEREIRA, Bruno G. **Marcação de currais de pesca na praia de Bitupitá, CE: conhecimento tradicional ecológico e condicionantes ambientais**. 2015. Inédito. Monografia (Graduação em Oceanografia) - Universidade Federal do Ceará, Instituto de Ciências do Mar. Fortaleza, [2015]. Inédito.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional. **Ruris**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 31-67, 2014.

RODRIGUES, Lea C.; SANTOS, Potyguara A. Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais: conflitos e interesses em relação à propriedade da terra. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 527-544, 2010.

_____. Populações Tradicionais, Turismo e Conflitos Territoriais: Estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, v. 4, n. 1, p. 67 – 93, 2012.

RODRIGUES, Lea C.; ARAÚJO, Antônia G. P. de. Efeitos de Megaprojetos Turísticos sobre povos e comunidades tradicionais: conflitos fundiários em perspectiva comparada Brasil-México. **Anais da Anpocs (online) 38º Encontro Nacional Da Anpocs**, 27 a 31 de outubro de 2014, Caxambu, MG no GT 31 - Projetos de Desenvolvimento e Direitos Territoriais das povos e comunidades tradicionais: alternativas de desenvolvimento. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9327&Itemid=456. Acesso em: 26 jun. 2015.

RODRIGUES, Lea C.; ORTOLAN, Maria Helena; GONÇALVES, Alícia. Antropologia e políticas públicas: dos encontros históricos ao diálogo teórico e metodológico. In: RODRIGUES, Lea Carvalho; PEIXOTO DA SILVA, Isabelle Braz (Org.). **Saberes locais, experiências transnacionais: interfaces do fazer antropológico**. Fortaleza, ABA publicações: 2014.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SERAINE, Florival Alves. Curral de pesca no litoral cearense. **Boletim de Antropologia**, v. 2, 1958.

TAVARES, Márcia Cristina da Silva *et al.* A pesca de curral no Estado do Pará. **Boletim Técnico-Científico do Cepnor**, Belém, n, 5 p. 115-139, 2005.

TUPINAMBÁ, Soraya Vanini. **Do tempo da captura à captura do tempo livre: Terra e Mar: caminhos da sustentabilidade**. 1999. 168 f. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, [1999].

Recebido em: 31/05/2015.

Aprovado em: 15/06/2015.

Publicado em: 30/06/2015.